

ETNOCONSERVAÇÃO: ASPECTOS RELEVANTES E DESAFIOS EM SUA IMPLEMENTAÇÃO - UMA REVISÃO DE LITERATURA

ETHNOCONSERVATION: RELEVANT ASPECTS AND CHALLENGES IN ITS IMPLEMENTATION - A LITERATURE REVIEW

Carolline Ângela de Santos Souza¹

Camilla Thaís Duarte Brasileiro²

Alice Gabriella Mororó Marques³

Thays de Sousa Assunção⁴

Rodrigo Pereira Ramos⁵

Marcelo Domingues de Faria⁶

Resumo: Introdução: A conservação da biodiversidade é uma preocupação global. Com o avanço das fronteiras agrícolas, o uso excessivo de recursos naturais, a poluição, a expansão urbana e industrial, tornam-se necessárias abordagens inovadoras que busquem enfrentar esses desafios emergentes; nes-

1 Discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde e Biológicas pela Universidade Federal do Vale do São Francisco

2 Discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde e Biológicas pela Universidade Federal do Vale do São Francisco

3 Discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde e Biológicas pela Universidade Federal do Vale do São Francisco

4 Discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde e Biológicas pela Universidade Federal do Vale do São Francisco

5 Docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde e Biológicas da Universidade Federal do Vale do São Francisco

6 Docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde e Biológicas da Universidade Federal do Vale do São Francisco



se contexto, buscando-se práticas que alinhem o conhecimento científico ao tradicional na conservação da biodiversidade, surge o modelo conhecido como etnoconservação, que objetiva fortalecer a relação entre a sociedade e o meio ambiente. Objetivo: Abordar conceitos da etnoconservação, explicitando os desafios para sua implementação. Metodologia: Trata-se de uma revisão de literatura do tipo descritiva, com pesquisa realizada na Scielo e 8 artigos utilizados. Revisão de literatura: A literatura aborda os métodos coletivos de apropriação de recursos naturais em relação às normas de comportamento recíproco vinculadas a elas. Aponta-se que esses modelos de cooperação e assistência mútua resultam na formação de um sistema intergrupar de equilíbrio econômico. A conservação do ambiente, em parceria com os cuidados da comunidade geram retornos econômicos para a comunidade, seja na comercialização de produtos de forma não predatória, ou até mesmo em sua exposição com o etnoturismo. Considerações finais: apesar dos benefícios propostos pela etnoconservação, há enfrentamento de desafios na implementação dela, especialmente no Brasil, onde a prática conservacionista muitas vezes é pouco democrática e distante dos saberes das populações tradicionais.

Palavras-chaves: Biologia. Etnoconservação. Povos tradicionais.

Abstract: Introduction: Biodiversity conservation is a global concern. With the advancement of agricultural frontiers, the excessive use of natural resources, pollution, urban and industrial expansion, innovative approaches that seek to face these emerging challenges become necessary; In this context, seeking practices that align scientific and traditional knowledge in biodiversity conservation, the model known as ethnoconservation emerges, which aims to strengthen the relationship between society and the environment. Objective: To address concepts of ethnoconservation, explaining the challenges



for its implementation. Methodology: This is a descriptive literature review, with research carried out at Scielo and 8 articles used. Literature review: The literature addresses collective methods of appropriation of natural resources in relation to the norms of reciprocal behavior linked to them. It is pointed out that these models of cooperation and mutual assistance result in the formation of an intergroup system of economic balance. Environmental conservation, in partnership with community care, generates economic returns for the community, whether in the commercialization of products in a non-predatory way, or even in their exposure through ethnotourism. Final considerations: despite the benefits proposed by ethnoconservation, there are challenges faced in its implementation, especially in Brazil, where conservation practice is often undemocratic and distant from the knowledge of traditional populations.

Keywords: Biology. Ethnoconservation. Traditional people.

INTRODUÇÃO

A conservação da biodiversidade é uma preocupação global. Com o avanço das fronteiras agrícolas, o uso excessivo de recursos naturais, a poluição, a expansão urbana e industrial, tornam-se necessárias abordagens inovadoras que busquem enfrentar esses desafios emergentes.

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi sancionado em 18 de julho de 2000 pela Lei nº 9.985, o qual busca orientar e legalizar a criação das áreas protegidas. Dentre os objetivos descritos na Lei nº 9.985, destacam-se para o presente artigo os elencados a seguir:

III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossis-



temas naturais;

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. (Brasil, 2000, Art. 4)

Nesse contexto, buscando-se práticas que alinhem o conhecimento científico ao tradicional na conservação da biodiversidade, surge o modelo conhecido como etnoconservação, que objetiva fortalecer a relação entre a sociedade e o meio ambiente. Para Diegues (2019), a etnoconservação pode ser compreendida como uma contribuição para a gestão da conservação da biodiversidade, utilizando-se do conhecimento e práticas de povos tradicionais de um determinado território.

A etnoconservação emerge como uma abordagem inovadora e integrativa, oferecendo soluções inclusivas para a preservação da biodiversidade e das culturas locais. Ao considerar e respeitar o conhecimento tradicional, a etnoconservação cria uma aliança entre a ciência e a sabedoria local, resultando em estratégias de conservação mais eficazes e culturalmente sensíveis.

Apesar da criação do modelo de etnoconservação, pautado na busca por uma melhor qualidade de vida das comunidades e povos tradicionais e, na proteção mais eficaz dos habitats, ainda são muitos os desafios enfrentados na sua implementação. Observa-se que no Brasil, a prática conservacionista, ainda na sua maioria, é voltada à gestão de áreas integrais de proteção, de forma pouco democrática e participativa, distante dos saberes e das necessidades das populações, principalmente as tradicionais (Diegues, 2019).

O presente trabalho, realizado através de revisão de literatura, busca conceituar os aspectos relevantes sobre a etnoconservação no Brasil, os desafios enfrentados nesse novo modelo de conservação da biodiversidade e os posicionamentos dos principais pesquisadores da área.



METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão literária, baseada em dados trazidos entre 2002 e 2023. De acordo com Nassi-Calò (2021), revisões bibliográficas desempenham uma forte influência social, contribuindo para futuras pesquisas e enriquecendo as bases acadêmicas.

Assim, para direcionamento dos artigos, foram utilizados os seguintes descritores na busca: “etnoconservação”; “biologia e etnoconservação”; “conservação e povos tradicionais”. A base de busca literária para o desenvolvimento deste artigo foi a SciELO.

Os artigos foram encontrados originalmente em idioma inglês e português. Os títulos e resumos dos trabalhos foram selecionados como amostra inicial um total de 32 estudos, após a leitura na íntegra dessas publicações, foram selecionados 08.

Os trabalhos foram avaliados conforme os seguintes critérios de inclusão: (I) artigos científicos publicados em idiomas: português-brasileiro e inglês; (II) artigos disponíveis na íntegra; (III) trabalhos que abordem o tema almejado. Critérios de exclusão: editoriais, protocolos, artigos que não estavam em português e inglês ou artigos que foram publicados até 2002.

REVISÃO DE LITERATURA

A biodiversidade emergiu como um tópico de interesse global, sendo predominantemente investigada por cientistas naturais. No entanto, essa temática tem gradualmente conquistado espaço nas ciências sociais. Nesse âmbito, têm-se desenvolvido e disseminado conceitos como os relacionados a povos e comunidades tradicionais, socioantropologia da conservação, etnociência, florestas culturais,

sociobiodiversidade, conhecimento e manejo tradicional, território tradicional, e diversas formas de apropriação social (DIEGUES, 2000).

Para debater sobre biodiversidade, é necessário compreender um pouco sobre povos e comunidades tradicionais, que são células fundamentais da diversidade humana, representando um mosaico cultural rico e multifacetado. Essas entidades sociais são caracterizadas por suas peculiaridades linguísticas, tradições e práticas, e também pela interação intrínseca entre seus membros e o ambiente que os circunda. Segundo Diegues (2019), a coesão interna desses grupos muitas vezes é forjada pela transmissão oral de conhecimentos, rituais e histórias, formando uma rede composta de identidade compartilhada. Além disso, a relação desses povos e comunidades com a natureza transcende o mero aspecto utilitário, incorporando valores espirituais e uma compreensão profunda da interdependência entre a sociedade e o meio ambiente.

A relação entre povos e natureza é perpetuada, majoritariamente, por meio dos conhecimentos tradicionais, que engloba o entendimento e a prática relacionados ao mundo natural e sobrenatural, desenvolvidos pelas comunidades e povos tradicionais. Em muitas dessas sociedades, especialmente entre os povos indígenas, há uma interconexão integral entre o mundo sobrenatural, o natural, e a estrutura social. Nesse contexto, para esses dois últimos aspectos, não há uma dicotomia estrita, uma fronteira clara entre o “natural” e o “social”, mas sim uma continuidade que os entrelaça.

Existem disparidades entre as maneiras como as populações tradicionais elaboram e expressam seu entendimento acerca do mundo natural em comparação com os enfoques desenvolvidos pela ciência moderna. Estas distintas perspectivas são evidenciadas na utilização de conceitos estabelecidos e aceitos pela ciência contemporânea, tais como recursos naturais, biodiversidade e manejo. Para a visão científica atual, o Artº 2 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB):



Define-se biodiversidade ou “diversidade biológica” como “a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

Por outro lado, nas percepções tradicionais, a biodiversidade não é apenas coexistida, mas também nomeada e classificada de acordo com categorias e denominações próprias. Uma distinção crucial é que essa diversidade natural não é encarada como inteiramente selvagem; ela foi e continua sendo domesticada e manipulada. Outra diferença crucial reside no fato de que essa variedade de vida não é concebida como um “recurso natural”, mas sim como um conjunto de seres vivos dotados de valor de uso e valor simbólico, integrados em uma cosmologia complexa.

Nos modelos discutidos por Diegues (2000) sobre formas de proteção ambiental de forma profunda tem-se o modelo dominante de conservação que sugere que, para a conservação, a natureza e o que conhecemos como mundo selvagem devem ser separadas da sociedade humana. Outra forma que podemos discutir é conhecida como ecologia profunda, na qual o ser humano não pode adotar relação de poder entre o meio ambiente para valer da conservação deste. Uma prática de conservação também conhecida é a de implantação de áreas preservadas, identificada como prática autoritária, que promove o deslocamento forçado de populações locais que precisam retirar-se de territórios para fazer valer a conservação do espaço que, segundo Diegues (2000) foi utilizada no período de Ditadura Militar para deslocamento de grupos específicos e tomada do poder das terras.

Partindo desses modelos, nas últimas décadas os estudos sobre os movimentos da ecologia têm tomado maior avanço nos debates políticos, incluindo questões sociais e econômicas nas discussões ambientais. Com a entrada dos movimentos sociais nas discussões ambientais passa-se a orien-



tar a noção de ecologia como integrada às problemáticas sociais; o homem é parte integrante desse sistema, sendo ele produtor e também produto do meio; é o que promove a ideia do novo naturalismo. Moscovici (1974, citado por Diegues, 2000) também pontua a ideia de considerar a natureza como parte integrante da nossa história, bem como a ideia de coletividade relacionar-se com a natureza, pois a sociedade é pertencente a essa.

Essa visão de relação intrínseca da natureza com a sociedade pode ser observada de forma mais elucidativa nos sistemas tradicionais e em seu modo de apropriar-se dos espaços tradicionais e gerenciar os recursos disponíveis na natureza (DIEGUES, 2000). No entanto, é crucial reconhecer que esses conhecimentos não podem ser transplantados diretamente para os atuais sistemas de gestão. A gestão de recursos naturais, fundamentalmente, regula o comportamento humano na utilização desses recursos, não apenas os recursos em si. A gestão tradicional tem objetivos mais abrangentes, incluindo aspectos econômicos, eficiência técnica, qualidade de vida, sociabilidade e simbolismo.

Para Ruddle (2000, citado por Diegues, 2019)

O conhecimento local pode ser entendido como um sistema de poder e portanto pode fornecer autoridade às comunidades para exercer seu sistema tradicional de manejo.

O manejo científico e o etnomanejo representam duas abordagens distintas na gestão de recursos naturais, cada uma fundamentada em diferentes perspectivas e metodologias. A tabela 1 nos apresenta conceitos referentes a cada abordagem.

Tabela 1 - Conceitos sobre manejo científico e etnomanejo

Manejo científico	Etnomanejo
--------------------------	-------------------

<p>1.Base Teórica: O manejo científico é orientado por princípios científicos e dados empíricos. Ele depende fortemente de métodos e abordagens científicas para avaliar, monitorar e tomar decisões relacionadas ao uso sustentável dos recursos naturais.</p> <p>2.Enfoque Objetivo: Este tipo de manejo busca alcançar metas específicas, muitas vezes relacionadas à conservação da biodiversidade, sustentabilidade e eficiência na exploração de recursos.</p> <p>3.Especialização Técnica: Envolve frequentemente especialistas científicos, como biólogos, ecologistas e outros profissionais qualificados, na formulação e implementação de estratégias de manejo.</p>	<p>1.Base Cultural: O etnomanejo incorpora conhecimentos tradicionais, práticas e crenças de comunidades locais na gestão de recursos naturais. Ele reconhece e valoriza a sabedoria acumulada por essas comunidades ao longo do tempo.</p> <p>2.Participação Comunitária: Diferentemente do manejo científico, o etnomanejo muitas vezes envolve uma abordagem mais participativa, incluindo ativamente as comunidades locais no processo de tomada de decisões.</p> <p>3.Integração Holística: Considera não apenas aspectos biológicos e ecológicos, mas também incorpora elementos culturais, sociais e econômicos na gestão dos recursos.</p>
---	--

Fonte: Autoria própria

Em resumo, enquanto o manejo científico se apoia em métodos científicos e metas específicas de conservação, o etnomanejo valoriza os conhecimentos e práticas tradicionais das comunidades locais, buscando uma abordagem mais holística e participativa na gestão sustentável dos recursos naturais. Em alguns casos, pode haver uma complementaridade entre essas abordagens, com a integração de perspectivas científicas e tradicionais para promover uma gestão mais eficaz e equitativa.

Outra problemática super importante de ser abordada é a apropriação social dos territórios pela comunidade tradicional, pois, com o surgimento da crescente conscientização global sobre a

preservação dos recursos naturais, as maneiras pelas quais a comunidade se apropria dos espaços e dos recursos naturais também se tornaram um tema de interesse mundial. O debate em torno das formas de apropriação de recursos tem sido explorado por diversas perspectivas. Autores como Gordon (1954) e Scott (1955) examinaram a problemática do uso comum e suas implicações para uma exploração econômica eficiente dos recursos naturais. Eles destacaram a existência de desafios decorrentes da propriedade comum em relação à economia e administração dos estoques pesqueiros.

Conforme Monteles (2009) destaca, as diversas concepções de propriedade estabelecidas por grupos sociais operam internamente a um território e dizem respeito às formas como os membros de um grupo utilizam suas normas para organizar suas ações concretas de apropriação. Os sistemas de propriedade presentes em um território constituem uma parte crucial da estrutura socioeconômica e cultural de um grupo, uma vez que representam a condição legítima que rege o acesso aos recursos e meios de produção (Godelier, 2001).

Essa prática de proteção ambiental adotada na relação entre povos e comunidades tradicionais e o meio ambiente pode ser compreendida como etnoconservação. Segundo Silva (2016), meio natural e social caminham em articulação conjunta proporcionando o que é conhecido como etnociência. Quando utilizada de forma ética, de acordo com as práticas tradicionais de proteção de fauna e flora, há a possibilidade de formar um ciclo virtuoso na apropriação dos recursos naturais pelas comunidades.

A literatura aborda os métodos coletivos de apropriação de recursos naturais em relação às normas de comportamento recíproco vinculadas a elas. Aponta-se que esses modelos de cooperação e assistência mútua resultam na formação de um sistema intergrupar de equilíbrio econômico. A conservação do ambiente, em parceria com os cuidados da comunidade geram retornos econômicos

para a comunidade, seja na comercialização de produtos de forma não predatória, ou até mesmo em sua exposição com o etnoturismo.

Utilizando a pesquisa realizada por Monteles (2009), cujo tema foi Etnoconservação e apropriação social dos buritizais no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, pode-se observar que a maneira como se obtém acesso aos buritizais exerce uma influência decisiva sobre o controle das práticas, conhecimentos, utilização sustentável e conservação desse recurso. Em linhas gerais, o acesso aos buritizais segue regras comuns de apropriação, que se desdobram por meio de várias abordagens, dando origem a diversos regimes de propriedade. As normas locais para a apropriação dos buritizais têm sua base na reciprocidade.

O sistema de posse parece estar fundamentado em uma ética cooperativa, da qual surge uma ideia interna de respeito que garante o uso comum desse recurso. Este é um conjunto de diretrizes de comportamento pessoal que exige honra e deferência, constituindo assim um elemento cognitivo de referência associado à consciência coletiva do grupo. As áreas de coleta são consideradas terras públicas, permitindo que qualquer pessoa colete, desde que siga as regras estabelecidas para acesso e uso. Nesse contexto, as normas relacionadas à forma de apropriação comum incluem:

- a. Artesãs, seus familiares (marido, filhos e sobrinhos) e compadres têm permissão para coletar linho, destinado à confecção de artesanato;
- b. É essencial respeitar os limites das propriedades privadas, como pousadas e casas de veraneio;
- c. Deve-se preservar as palmeiras adultas, evitando a coleta excessiva de folhas;
- d. É necessário respeitar o ciclo biológico dos buritizeiros, permitindo que repousem para



regeneração;

e. A coleta de folhas não deve ocorrer quando estas estão imaturas;

f. Evitar a retirada em grande quantidade de folhas dos buritis durante a coleta.

Em relação a essa dinâmica, discute-se como as práticas dos grupos tradicionais são relacionadas, já que englobam diversas maneiras de interação com os recursos naturais. Essa diversidade de abordagens é fundamental para a perpetuação desses grupos, permitindo, ao mesmo tempo, a construção de uma cultura profundamente integrada à natureza. Isso estabelece um contínuo inseparável de conhecimentos e métodos relativos à utilização, manejo e conservação dos recursos naturais. Quanto ao buriti, os saberes locais são detalhados. Os extrativistas e artesãos possuem informações detalhadas sobre a germinação das sementes, a morfologia da planta, sua fenologia, área de ocorrência, fauna associada, ciclos, relação com as fases da lua, métodos apropriados de coleta e práticas adequadas para a conservação.

A presença das regras apresentadas anteriormente implica, por natureza, a ocorrência de algumas transgressões e a necessidade de instituição de normas e penalidades. E aqui entram duas problemáticas interessantes de serem pontuadas: quando não se há tempo adequado para a conscientização acerca do problema evidente em curso, juntamente com as consequências que se avizinham, ou a intervenção de agentes externos dificultando o estabelecimento de um sistema de gestão mais eficaz. No primeiro cenário, a transmissão e perpetuação dos conhecimentos tradicionais contribuirão cada vez mais para reduzir o tempo necessário para perceber que algo não está ocorrendo conforme o esperado. No segundo cenário, a situação é mais complexa de abordar, uma vez que envolve indivíduos externos à experiência das comunidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a conservação da biodiversidade é uma questão global relevante, especialmente diante dos desafios causados pelo avanço agrícola, uso excessivo de recursos naturais, poluição e expansão urbana e industrial. No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi estabelecido para orientar e legalizar a criação de áreas protegidas, visando à preservação da diversidade de ecossistemas naturais e à proteção dos recursos necessários à subsistência de populações tradicionais.

Nesse contexto, surge a abordagem inovadora da etnoconservação, que busca fortalecer a relação entre a sociedade e o meio ambiente, integrando o conhecimento científico ao tradicional. Essa abordagem cria uma aliança entre a ciência e a sabedoria local, resultando em estratégias de conservação mais eficazes e culturalmente sensíveis.

No entanto, apesar dos benefícios propostos pela etnoconservação, há enfrentamento de desafios na implementação dela, especialmente no Brasil, onde a prática conservacionista muitas vezes é pouco democrática e distante dos saberes das populações tradicionais.

Dito isso, a pesquisa bibliográfica destaca a importância da integração dos conhecimentos tradicionais das comunidades locais na gestão de recursos naturais. Enquanto o manejo científico busca metas específicas de conservação com base em princípios científicos, o etnomanejo valoriza os conhecimentos tradicionais, adotando uma abordagem mais participativa e holística.

Além disso, a apropriação social dos territórios pelas comunidades tradicionais é uma questão crucial, influenciando o controle, uso sustentável e conservação dos recursos naturais. A pesquisa destaca a importância de reconhecer e respeitar as normas locais de apropriação, que muitas vezes



estão fundamentadas em éticas cooperativas e reciprocidade.

Em última análise, a pesquisa contribui para a compreensão dos desafios e oportunidades associados à etnoconservação, enfatizando a necessidade de abordagens mais inclusivas e integrativas na gestão da biodiversidade, reconhecendo a importância dos saberes locais e promovendo a participação das comunidades na tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2000]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.

DIEGUES, A. C. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 50, 30 abr. 2019.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: *Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. Antônio Carlos Diegues. Hucitec. 2ª edição, 2000.

GODELIER, Maurice. *Antropologia*. São Paulo: Ática, 2001.

GORDON, H. Scott. The economic theory of a common property resource: the fishery. *The Journal of Political Economy*, p. 124-142, 1954.

MONTELES, R. A. R. Etnoconservação e apropriação social dos buritizais no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – UFPA, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2009.

SILVA, J. S. B. Percepção de comunidades rural e urbana sobre a importância das florestas e das unidades de conservação em Pernambuco, Brasil. Tese (Doutorado em Etnobiologia e Conservação da

Natureza) - UFRPE/UEPB/URCA, Recife, 2016.

SCOTT, Anthony. The fishery: the objectives of sole ownership. *The Journal of Political Economy*, p. 116-124, 1955.

